

A Ordem por princípio

que constou o seguinte. **Expediente:** 1 – Discussão e votação da ata da 69.^a (sexagésima nona) Sessão Ordinária realizada em 08 junho de 2026. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** Nada consta. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Ofício n.º 56/2026, de autoria da Secretaria Municipal de Saúde, convidando os vereadores e a população em geral para participarem do Dia D de Multivacinação, a ser realizado no dia 20 de junho de 2026, das 08h às 16h, na Sala de Vacina do Centro I e na Quadra de Esportes Juca de Brito, com o objetivo de fortalecer as ações de promoção e prevenção em saúde no Município. 2 – Convite para a 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a ser realizada no dia 18 de junho de 2026, das 13h às 17h, na Câmara Municipal, com o tema “Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa”, visando promover o diálogo, a participação e a construção de políticas públicas voltadas à proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes do Município. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** 1 – Requerimento n.º 19/2026, de autoria do Vereador Henrique Augusto Corrêa Rezende, solicitando, ouvindo previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que a Secretaria Municipal de Fazenda encaminhe relatório detalhado dos recursos vinculados atualmente existentes nos cofres municipais de forma individualizada por área, programa, convênio, fundo ou fonte de recurso. 2 – Requerimento n.º 20/2026, de autoria do Vereador Cresio Costa, solicitando, ouvindo previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Chefe do Poder Executivo encaminhe informações detalhadas acerca da possibilidade de revisão e aumento do valor da ajuda de custo concedida aos estudantes universitários beneficiados pela Lei Municipal n.º 1.633/2022 e suas alterações. Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente**. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e usaram a palavra os seguintes vereadores por ordem alfabética, iniciando pelo Vereador Henrique. O **Vereador Henrique**, primeiro orador inscrito, declinou do uso da palavra. O **Vereador Joel**, segundo orador inscrito, iniciou sua fala cumprimentando o Presidente, os demais vereadores, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Agradeceu a Deus pelo início de mais uma semana de trabalhos e informou que trazia notícias positivas relacionadas à área da saúde. Relatou que, após contato da Secretária Municipal de Saúde, Silvana, manteve diálogo com representantes do Deputado Emidinho Madeira, entre eles Elias e Maísa, conseguindo viabilizar a realização de trinta exames de ultrassonografia para pacientes do município. Informou que, naquele dia, vinte pessoas já haviam sido encaminhadas para atendimento em Alpinópolis, restando outras dez para serem atendidas nos próximos dias. Acrescentou que também estava sendo providenciada a realização de quatro exames de tomografia. Diante disso, parabenizou a Secretária Silvana e toda a equipe da Secretaria Municipal de Saúde pelo trabalho desenvolvido, destacando que os vereadores são frequentemente procurados pela população em busca de soluções para as demandas da área da saúde. Ressaltou a importância das emendas e indicações destinadas pelo Deputado Emidinho Madeira ao município, especialmente para o fortalecimento dos serviços de saúde, área que considerava prioritária. Na sequência, informou que esteve com o Prefeito Éder

realizando vistoria em uma ponte localizada nas proximidades da propriedade do senhor José Walter, demanda antiga da região do Acampamento. Explicou que o local apresenta dificuldades para a passagem de máquinas agrícolas e outros veículos de grande porte, exigindo manobras e deslocamentos que prejudicam os usuários. Relatou que conseguiu uma viga com aproximadamente 12 metros de comprimento, considerada adequada para a obra, e que o Prefeito concordou com a realização de estudos técnicos para sua instalação, tendo inclusive determinado que o Secretário de Infraestrutura realizasse uma análise da estrutura. Destacou que a melhoria beneficiará especialmente os produtores rurais e demais usuários da via, proporcionando mais segurança e melhores condições de tráfego. Prosseguindo, o Vereador Joel recordou que anteriormente havia apresentado indicação propondo homenagem ao senhor Belchior Custódio, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade, especialmente em favor do Hospital do Câncer e do GAPOP, destacando sua atuação junto aos produtores rurais na arrecadação de recursos e apoio às entidades beneficentes. Lembrou também que a Câmara já havia aprovado a denominação de uma ponte com o nome de Custódio. Informou, entretanto, que o Prefeito Éder o procurou solicitando que fossem incluídos mais dois nomes na homenagem, proposta com a qual concordou por considerá-la justa e respeitosa. Assim, comunicou que encaminhou à Secretaria da Câmara solicitação para inclusão dos nomes de Sebastião Custódio e José Bernardos na denominação da referida obra, encontrando-se a matéria em análise para formalização. Destacou sua convivência com as famílias homenageadas, relatando que aprendeu sua profissão no açougue da família Custódio e que manteve estreita amizade tanto com Sebastião Custódio quanto com José Bernardos. Afirmou que recebeu apoio dessas famílias ao longo de sua trajetória e manifestou gratidão pelos ensinamentos e exemplos recebidos. Finalizou desejando que a obra seja concluída em breve, beneficiando os moradores da região da Babilônia, e desejou uma boa semana a todos, agradecendo ao Presidente pela palavra. O Presidente Renato parabenizou o vereador pela iniciativa e destacou a necessidade da viga. A **Vereadora Tatiana**, terceira oradora inscrita, iniciou seu pronunciamento cumprimentando os presentes e informou que traria ao Plenário uma boa notícia para o Município. Solicitou a exibição de vídeo contendo manifestação do Deputado Luizinho, no qual foi anunciada a destinação de recursos para São João Batista do Glória. Conforme apresentado, o parlamentar destacou a parceria com representantes do Município e informou a destinação anterior de R\$ 360.000,00 para a área da saúde, além do encaminhamento de mais R\$ 200.000,00 destinados a ações voltadas à causa animal e a à população LGBTQIA+. Ressaltou que conhecia o Deputado Luizinho há algum tempo e que, juntamente com Esta Secretária Gleds, vinha desenvolvendo trabalho de aproximação e parceria com o parlamentar. Afirmou que os recursos obtidos contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida da população e agradeceu o apoio recebido. Na sequência, a Vereadora informou que nem todas as notícias trazidas eram positivas e passou a tratar de sua preocupação quanto à aplicação de emenda parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 destinada pelo Deputado Dimas Fabiano ao Município, por meio do programa de fortalecimento das escolas municipais. Esclareceu que o recurso havia sido solicitado em conjunto com o Vereador Danilo e o Presidente Renato, após reunião em que decidiram apoiar o referido deputado. Relatou que, em razão das necessidades observadas na área da educação, optaram por solicitar a

A Ordem por princípio

destinação do recurso para investimentos em unidade escolar. A Vereadora explicou que a indicação da emenda havia sido originalmente direcionada à Escola Municipal Meu Xodó, mas que posteriormente o Município decidiu distribuir os recursos entre todas as escolas da rede municipal e também para a Escola Estadual Severiano Filho. Reconheceu que a medida poderia ser considerada válida por contemplar um número maior de estudantes, porém argumentou que a Escola Meu Xodó possuía necessidades estruturais específicas que justificavam a aplicação integral do recurso naquela unidade. Apresentou fotografias das dependências da escola, destacou problemas relacionados ao mobiliário, à ausência de armários planejados, às condições das cadeiras utilizadas pelas crianças, à falta de espaços adequados para armazenamento de materiais pedagógicos e às limitações da biblioteca. Informou que, desde a construção da unidade, não haviam sido instalados armários compatíveis com as bancadas existentes, o que gerava dificuldades para organização dos materiais utilizados pelos professores e alunos. Relatou ainda que algumas divisórias internas encontravam-se em condições inadequadas e que determinadas salas permaneciam sem mobiliário compatível com as necessidades da educação infantil. A Vereadora afirmou que a comunidade escolar acreditava que a emenda permitiria a realização dessas melhorias e apresentou imagens ilustrativas de possíveis investimentos, incluindo mobiliário adequado à faixa etária dos alunos, prateleiras para organização dos materiais e uma biblioteca mais atrativa e compatível com os padrões da educação infantil. Defendeu que os recursos poderiam ter proporcionado mudanças significativas na qualidade do ambiente escolar. Prosseguindo, informou que buscou obter informações sobre a destinação dos recursos e sobre os itens que seriam adquiridos, mas alegou não ter conseguido acesso prévio às informações. Relatou ainda que procurou o Secretário Municipal de Educação para dialogar sobre o assunto, porém não conseguiu ser atendida em duas tentativas consecutivas. Ao analisar a cotação dos materiais que seriam adquiridos, a Vereadora demonstrou insatisfação com as escolhas realizadas. Citou a previsão de compra de trinta carteiras escolares, afirmando que, pelas especificações encontradas, os itens não atenderiam à realidade da Escola Meu Xodó. Também questionou a aquisição de sete lavadoras de alta pressão para quatro escolas, três enceradeiras industriais, armários de arquivo, cadeiras de secretaria e outros equipamentos que, em sua avaliação, não correspondiam às principais necessidades da unidade escolar. Ressaltou que a escola necessitava prioritariamente de televisores, lousas digitais, brinquedos pedagógicos e mobiliário adequado para as crianças. A Vereadora afirmou que a aplicação do recurso não refletia a finalidade inicialmente idealizada quando da solicitação da emenda e declarou que a equipe escolar não foi devidamente ouvida durante o processo de definição das compras. Manifestou indignação diante da situação e considerou que houve falha no planejamento e na condução dos trabalhos por parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação. Defendeu que o Secretário Municipal de Educação deveria ter promovido diálogo com os profissionais da escola para identificar as reais necessidades da unidade antes da elaboração da lista de materiais. Ao final, solicitou que, caso ainda houvesse possibilidade, fossem revistos os procedimentos de cotação e aquisição dos equipamentos, permitindo uma destinação mais adequada dos recursos. Em aparte, o Presidente Renato declarou que desejava esclarecer se havia sido informado à Vereadora

quem teria sido o responsável pelo levantamento das necessidades que fundamentaram a aquisição dos materiais. Em resposta, a Vereadora informou que lhe foi relatado que houve reunião com as diretoras das escolas, mas ressaltou que as pessoas envolvidas no acompanhamento da emenda desde o início do processo tinham conhecimento das necessidades apontadas. Acrescentou que havia solicitado acesso às informações, porém não obteve retorno satisfatório, ressaltando que a falta de transparência dificultava o acompanhamento da aplicação dos recursos. O **Presidente Renato** manifestou concordância com as preocupações apresentadas e destacou que, quando os vereadores buscam apoio junto aos deputados para obtenção de recursos, existe o compromisso de prestar contas sobre a aplicação das verbas recebidas. Esclareceu que não estava afirmando que os recursos estivessem sendo utilizados de forma irregular, mas ponderou que deveriam ser aplicados conforme a finalidade inicialmente apresentada aos parlamentares que realizaram a destinação. O Presidente observou que as escolas possuíam diversas necessidades e reconheceu que os recursos poderiam beneficiar diferentes unidades. Contudo, afirmou que a aplicação integral do valor em uma única escola teria potencial para produzir mudanças mais expressivas e visíveis. Ressaltou que a situação gerava preocupação porque os vereadores poderiam futuramente ser questionados pelo deputado sobre a destinação do recurso e não teriam informações suficientes para prestar os devidos esclarecimentos. Durante sua fala, destacou que não atribuía responsabilidade direta ao Prefeito Municipal, defendendo que seria necessário identificar de onde partiram as demandas que embasaram a elaboração da lista de compras. Sugeriu que fossem obtidos esclarecimentos junto à Secretaria Municipal de Educação e aos demais envolvidos no processo, a fim de compreender os critérios adotados. O **Presidente Renato** enfatizou que o principal problema observado era a falta de comunicação entre os diversos setores da administração pública. Argumentou que uma comunicação mais eficiente entre Poder Legislativo, Poder Executivo, secretarias municipais, diretores e demais servidores evitaria desencontros de informações e permitiria maior transparência na condução dos trabalhos. Defendeu que decisões relacionadas à aplicação de recursos obtidos por intermédio dos vereadores fossem previamente discutidas e compartilhadas com os parlamentares responsáveis pelas solicitações. Como exemplo, citou emendas parlamentares anteriormente destinadas ao Município para outras finalidades e ressaltou a importância de que os acordos estabelecidos entre vereadores, secretarias e Poder Executivo fossem respeitados ou, caso houvesse necessidade de alteração na destinação dos recursos, que os envolvidos fossem previamente consultados e informados sobre as justificativas. Concluiu afirmando que a comunicação e a transparência eram fundamentais para garantir o bom andamento da administração pública e para fortalecer a relação entre Legislativo, Executivo e comunidade. A **Vereadora Brenda**, quarta oradora inscrita, iniciou sua fala cumprimentando o Presidente, os demais vereadores, os servidores da Casa Legislativa e a população que acompanhava a sessão. Inicialmente, registrou cumprimentos à Queijaria Quintal do Glória, na pessoa de seus proprietários, Nilcéia e Renato, pelo reconhecimento conquistado recentemente. Destacou que a conquista representava motivo de orgulho para São João Batista do Glória e para toda a região da Canastra, ressaltando que o sucesso alcançado era resultado de trabalho, dedicação e competência, merecendo o reconhecimento de toda a comunidade. A Vereadora fez

A Ordem por princípio

questão de esclarecer que sua manifestação não possuía qualquer relação com a empresa ou com seus proprietários, os quais não possuíam responsabilidade sobre a organização de agendas de autoridades estaduais ou federais. Explicou que sua reflexão estava relacionada à recente visita do Governador de Minas Gerais, Mateus Simões, ao município. Relatou que, após a visita do Governador à região, diversos cidadãos a procuraram questionando se os vereadores tinham conhecimento da agenda oficial e indagando sobre a ausência dos parlamentares municipais nos compromissos realizados. Informou que o Poder Legislativo não recebeu convite para participar das atividades promovidas durante a visita e que o Presidente da Câmara buscou contato institucional, tentando acesso ao Governador, mas não obteve êxito. Acrescentou que foi informado aos vereadores que eventuais demandas poderiam ser encaminhadas por meio da assessoria do Governador. A Vereadora reconheceu a importância do trabalho desempenhado pelos assessores, porém defendeu que o diálogo institucional não deveria se limitar a intermediários, especialmente quando uma autoridade estadual se encontrava presente no próprio município. Ressaltou que os vereadores foram eleitos para representar a população e, por essa razão, deveriam ter a oportunidade de apresentar diretamente às autoridades as necessidades e reivindicações da comunidade local. Destacou que o Prefeito Municipal participou da agenda oficial, fato que considerou positivo, observando que ao menos o Chefe do Executivo esteve presente representando o município. Entretanto, afirmou que lhe foi informado tratar-se de uma visita restrita. Nesse contexto, ponderou que sua manifestação não estava relacionada à busca por visibilidade política, fotografias ou protagonismo, mas sim à importância da representação popular e do respeito às formalidades institucionais. Prosseguindo, declarou que, caso tivesse tido a oportunidade de dialogar diretamente com o Governador, teria apresentado demandas relacionadas à área da saúde pública municipal. Afirmou que iniciaria a conversa com um questionamento sobre qual seria a alternativa adotada pelo próprio Governador caso necessitasse de atendimento hospitalar de maior complexidade durante sua permanência no município, destacando que muitos cidadãos não dispõem das mesmas alternativas de acesso à saúde. A Vereadora ressaltou que o município conta com um hospital de qualidade e profissionais capacitados, mas afirmou que as maiores dificuldades surgem quando pacientes necessitam de transferência para unidades de referência. Relatou que frequentemente famílias enfrentam longos períodos de espera para obtenção de vagas hospitalares, especialmente em casos de fraturas e outras situações que demandam atendimento especializado. Manifestou preocupação com as alterações ocorridas no sistema SUS Fácil, afirmando que pacientes que anteriormente eram encaminhados para municípios mais próximos, como Passos, atualmente podem ser transferidos para cidades mais distantes, como Alfenas. Segundo a Vereadora, essa situação tem gerado dificuldades adicionais para pacientes e familiares. Durante sua fala, declarou que frequentemente são apresentadas justificativas relacionadas à falta de leitos, de recursos financeiros ou de capacidade de atendimento por parte das unidades hospitalares de referência, especialmente da Santa Casa de Passos. Ressaltou que, enquanto tais dificuldades persistem, cidadãos permanecem aguardando atendimento e transferência, situação que, em sua avaliação, tem se agravado com o passar do tempo. A Vereadora afirmou

que a recorrência desses problemas exige respostas concretas por parte das autoridades competentes. Questionou se o Governo Estadual possui planejamento para ampliar a oferta de leitos, melhorar a estrutura hospitalar e aperfeiçoar o funcionamento do sistema de regulação de vagas, de forma a tornar os processos de transferência mais rápidos e eficientes. Esclareceu que não buscava apontar culpados, mas sim transmitir a insatisfação da população diante da demora na obtenção de soluções. Ressaltou que os vereadores são procurados diariamente por famílias aflitas que buscam informações e providências relacionadas ao acesso à saúde. Defendeu que a aproximação entre autoridades estaduais, federais e representantes locais é fundamental para que os problemas sejam efetivamente conhecidos e enfrentados. A Vereadora observou que os parlamentares municipais frequentemente se deslocam a Belo Horizonte e Brasília em busca de recursos e soluções para as demandas do município. Contudo, afirmou que se torna difícil prestar esclarecimentos à população quando os representantes locais não possuem acesso direto às autoridades responsáveis pelas decisões. Ao final, dirigiu-se diretamente ao Governador Mateus Simões, afirmando que acreditava que os demais vereadores também possuíam importantes demandas a apresentar em benefício do município. Reconheceu a complexidade da gestão pública, mas defendeu que a construção de soluções depende do conhecimento da realidade vivenciada por cada município. Concluiu afirmando que as portas de São João Batista do Glória permaneceriam abertas para receber o Governador e manifestou a expectativa de que, em futuras visitas, também houvesse espaço para ouvir os vereadores eleitos e, por consequência, a população por eles representada. Encerrando sua manifestação, agradeceu ao Presidente. Em aparte à manifestação da Vereadora Brenda, o **Vereador Danilo** solicitou a palavra e, após cumprimentar os presentes e a população que acompanhava a sessão, informou que inicialmente havia optado por não se pronunciar em razão de problemas de saúde que dificultavam sua fala. Contudo, considerando o tema em discussão, entendeu ser necessário registrar algumas observações relacionadas à recente visita do Governador de Minas Gerais à região. O Vereador afirmou ter considerado lamentável uma entrevista concedida pelo Governador Mateus Simões a um veículo de comunicação regional, ocasião em que, segundo relatou, ao ser questionado sobre investimentos na rodovia que liga Passos a São João Batista do Glória, especialmente no trecho de acesso à unidade da empresa Heineken, o Governador teria apresentado informações que, em sua avaliação, demonstravam desconhecimento acerca da localização do município e das características da rodovia mencionada. Informou que pretendia trazer maiores detalhes sobre a entrevista em reunião futura. Declarou acreditar que o Governador não possuía conhecimento adequado sobre a localização do município nem sobre a importância estratégica da região. Manifestou expectativa de que o Prefeito Municipal, durante o contato mantido com o Chefe do Executivo Estadual, tenha apresentado as demandas relacionadas à rodovia entre Passos e São João Batista do Glória, especialmente quanto à necessidade de manutenção e melhorias no trecho. O Vereador também comentou sobre as obras em execução na rodovia, afirmando que as intervenções realizadas não correspondiam efetivamente a uma duplicação da pista, mas sim à implantação de um retorno viário. Segundo sua avaliação, permaneciam problemas estruturais em diversos pontos da rodovia, incluindo falhas no pavimento, ausência de sinalização adequada e insuficiência de áreas

A Ordem por princípio

destinadas à ultrapassagem segura. Citou ainda dificuldades observadas nas proximidades do acesso à região da Terra Roxa e na área da rotatória existente no trecho. Em continuidade, declarou que a entrevista concedida pelo Governador lhe causou preocupação e reforçou seu entendimento de que as lideranças estaduais deveriam possuir maior conhecimento sobre a realidade dos municípios da região. Ressaltou que a visita ao município teria ocorrido posteriormente à entrevista e manifestou dúvidas quanto ao nível de conhecimento prévio do Governador acerca das características locais. O Vereador também afirmou perceber fragilidade na articulação política regional, observando que recentes agendas de autoridades estaduais e federais ocorreram em outros municípios da região. Citou que eventos e mobilizações promovidos por lideranças políticas estaduais e federais não tiveram São João Batista do Glória como sede principal, o que, em sua avaliação, evidencia a necessidade de fortalecimento da representatividade regional. Ainda durante sua manifestação, declarou concordar com as observações apresentadas pela Vereadora Brenda acerca da situação da saúde pública, especialmente quanto à elevada demanda por leitos hospitalares e às dificuldades enfrentadas pelos municípios da região. Ressaltou a importância da Santa Casa de Passos como unidade de referência regional, estadual e, em alguns casos, nacional, destacando que a crescente procura por atendimentos tem contribuído para a sobrecarga do sistema. Por fim, o Vereador afirmou que as autoridades públicas devem conhecer profundamente a realidade dos municípios e direcionar esforços para a solução efetiva dos problemas enfrentados pela população. Também mencionou que, em oportunidades anteriores, o nome de São João Batista do Glória e de empreendimentos locais havia sido utilizado como exemplo de desenvolvimento econômico regional. Entretanto, ponderou que o reconhecimento da região deve ser acompanhado de conhecimento efetivo sobre suas necessidades e demandas. Encerrando sua fala, manifestou esperança de que novos avanços ocorram em benefício do município e agradeceu a oportunidade. Em aparte, a **Vereadora Tatiana** manifestou concordância com as reflexões apresentadas, ressaltando que a falta de diálogo e de aproximação não se restringia às relações institucionais externas. Observou que, se dentro da própria administração municipal já eram identificadas dificuldades relacionadas à comunicação e ao diálogo, seria ainda mais difícil esperar uma postura diferente por parte das instâncias superiores da administração pública. Destacou que a ausência de diálogo compromete o desenvolvimento dos trabalhos e dificulta a construção de soluções para as demandas da população. Retomando a palavra, a Vereadora Brenda concordou com a observação apresentada pela Vereadora Tatiana e afirmou que a falta de diálogo tem sido percebida em diferentes níveis das relações institucionais. Relatou já ter discutido o tema com outros vereadores da Casa e avaliou que existem dificuldades de comunicação não apenas entre os Poderes Legislativo e Executivo, mas também no relacionamento entre os próprios parlamentares. A Vereadora reconheceu que, em determinados momentos, os conflitos e divergências têm prevalecido sobre a busca por entendimento, situação que considerou prejudicial ao andamento dos trabalhos legislativos. Inclusive, fez uma autocrítica, reconhecendo que todos os envolvidos possuem responsabilidade na construção de um ambiente mais colaborativo e produtivo. Por fim, defendeu que seja realizado um esforço conjunto para restabelecer o diálogo e

fortalecer a convivência institucional, entendendo que a comunicação representa o primeiro e mais importante caminho para a superação das divergências e para a construção de soluções que atendam aos interesses da população. O **Vereador Cresio**, quinto orador inscrito, iniciou sua manifestação cumprimentando o Presidente, os demais vereadores, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, fazendo referência ao tema abordado anteriormente pela Vereadora Brenda, relatou que situação semelhante já havia ocorrido durante a legislatura passada, quando exercia a Presidência da Câmara Municipal. Informou que, em ocasião anterior, o então Vice-Governador de Minas Gerais esteve no município para visitar a Queijaria e que, ao buscar informações junto à Prefeitura Municipal sobre eventual participação do Poder Legislativo na agenda, foi informado de que se tratava de uma reunião restrita, sem convite aos vereadores. Diante disso, afirmou que o Legislativo Municipal também não participou daquela visita, entendendo que a ausência de convite à Câmara não constituía fato isolado. Em seguida, manifestou insatisfação com a atuação do Governador Mateus Simões e do Governador Romeu Zema em relação ao município. Relatou que, durante visita anterior do Governador Romeu Zema a São João Batista do Glória, apresentou demanda relacionada a investimentos em infraestrutura viária, especialmente na rodovia estadual que atende o município. Segundo informou, recebeu como resposta que existiam diversas outras rodovias asfaltadas no Estado demandando manutenção e investimentos prioritários. Diante disso, declarou seu descontentamento com o posicionamento adotado pelas autoridades estaduais em relação às necessidades locais. Na sequência, trouxe informações consideradas positivas sobre obras de infraestrutura no município. Relatou que, em conversa realizada com o servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços, foi informado de que as obras de reconstrução da ponte localizada nas proximidades da propriedade conhecida como Neném encontravam-se em fase final de conclusão. Acrescentou que, após a finalização dessa intervenção, os trabalhos seriam direcionados para a ponte do Rolador, obra aguardada há longo período pela população local. Destacou a importância dessas melhorias para os moradores que dependem diariamente das travessias. O Vereador também comunicou a destinação de recursos para a área da saúde por meio do Deputado Estadual Charles Santos. Informou que foi indicada verba no valor de R\$ 99.000,00 para aquisição de um veículo de cinco lugares destinado aos serviços de saúde do município, esclarecendo que o recurso já havia sido autorizado para pagamento ou encontrava-se em fase final de liberação. Prosseguindo, destacou outras conquistas obtidas por intermédio de parlamentares vinculados ao seu partido. Informou que, juntamente com o Vereador Henrique, articulou a destinação de recursos junto ao Deputado Federal Euclides Pettersen, no valor de R\$ 150.000,00, destinados à realização de exames de ressonância magnética. Relatou que a aplicação dos recursos foi previamente alinhada com o Poder Executivo Municipal, com o objetivo de ampliar a oferta dos exames e reduzir a demanda existente. Ainda sobre recursos destinados ao município, mencionou a indicação de R\$ 200.000,00 pelo Deputado Federal Gilberto Abramo para a área da saúde. Destacou que, somados aos demais valores já anunciados, os recursos obtidos por intermédio dos parlamentares ligados ao Partido Republicanos ultrapassavam R\$ 440.000,00. Ressaltou que os deputados parceiros manifestaram intenção de continuar investindo no município e demonstraram disposição para ampliar

A Ordem por princípio

o apoio a futuras demandas de São João Batista do Glória. Por fim, o Vereador abordou requerimento de sua autoria apresentado à Casa Legislativa. Explicou que a proposição tinha por objetivo solicitar ao Poder Executivo a revisão do valor do auxílio concedido aos estudantes que utilizam transporte para instituições de ensino localizadas entre os municípios de Passos e Franca. Informou que a política de auxílio foi instituída em gestões anteriores com o objetivo de custear aproximadamente 80% do valor da passagem. Entretanto, segundo relatou, o benefício permaneceu sem atualização ao longo dos anos, resultando em defasagem significativa. O Vereador esclareceu que atualmente os estudantes recebem auxílio no valor aproximado de R\$ 450,00, enquanto o custo do transporte alcança cerca de R\$ 780,00. Diante dessa situação, informou ter apresentado o requerimento solicitando que o Prefeito Municipal avalie a possibilidade de reajustar o benefício, atendendo à reivindicação de pais e estudantes que o procuraram em busca de apoio. Manifestou expectativa de que o Poder Executivo analise a demanda com atenção e sensibilidade, considerando as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Encerrando sua fala, agradeceu a atenção de todos. **Esta Secretária Gleds**, sexta oradora inscrita, iniciou sua manifestação cumprimentando os vereadores, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, registrou agradecimentos à Vereadora Tatiana e ao Sr. Weider pela oportunidade de conhecer o Deputado Luizinho. Destacou que teve a oportunidade de dialogar com o parlamentar e manifestou a expectativa de que ele possa contribuir significativamente com o desenvolvimento de São João Batista do Glória. Na ocasião, agradeceu ao deputado pela atenção dispensada ao município e colocou seu mandato à disposição para futuras parcerias em benefício da população. Em seguida, solicitou a exibição de vídeo e imagens relacionadas às condições habitacionais de uma moradora do município. Informou que a situação já havia sido apresentada anteriormente em sessão da Câmara Municipal e afirmou que, passados aproximadamente quatro meses, nenhuma providência havia sido adotada. Relatou que as imagens demonstravam uma residência em situação precária, apresentando problemas estruturais que, em sua avaliação, colocavam em risco a segurança dos moradores. Durante a explanação, destacou que a cidadã teria recolhido, em local de descarte de materiais, placas de forro que haviam sido retiradas do Posto de Saúde Zé Pretinho e as utilizado para improvisar proteção em uma das paredes de sua residência, devido à umidade existente no imóvel. Esta Vereadora considerou a situação preocupante e afirmou que o caso representava apenas um entre vários exemplos de famílias que enfrentam dificuldades habitacionais no município. Na sequência, criticou investimentos realizados na reforma do gabinete do Prefeito Municipal, afirmando que, enquanto moradores enfrentam problemas habitacionais graves, recursos estariam sendo destinados à melhoria das instalações administrativas. Dirigindo-se ao Chefe do Poder Executivo, lançou o desafio para que fossem divulgadas imagens da reforma realizada no gabinete, bem como informações sobre o projeto arquitetônico executado. Ressaltou que, em sua avaliação, as necessidades da população mais vulnerável deveriam receber prioridade. Prosseguindo, apresentou vídeos e áudios encaminhados por uma cidadã do município relatando dificuldades relacionadas à destinação de resíduos domésticos em sua localidade. Conforme os relatos exibidos, a moradora informou ter solicitado, por diversas vezes, a

disponibilização de uma caçamba para descarte de lixo ou outra solução que permitisse a coleta regular dos resíduos produzidos em sua residência. Segundo os áudios reproduzidos, a cidadã alegou não possuir condições adequadas para armazenar o lixo e relatou preocupação com questões sanitárias e de segurança, especialmente em razão da presença de uma criança em sua residência. Esta Secretária destacou que a questão das caçambas tem sido tema recorrente desde o início de seu mandato e afirmou que, apesar de diversas reivindicações apresentadas, ainda existem locais do município sem atendimento adequado. Relatou que, segundo informações recebidas, teria sido acordado com a moradora um sistema alternativo de recolhimento dos resíduos, mediante disponibilização do lixo em local previamente combinado. Contudo, afirmou que, de acordo com os relatos apresentados, os resíduos não teriam sido recolhidos nas ocasiões em que a cidadã os disponibilizou para coleta. Diante dos fatos, solicitou providências ao servidor responsável pelo setor, destacando que as reclamações apresentadas não partiram da vereadora, mas da própria moradora afetada pela situação. Reforçou a necessidade de adoção de medidas que garantam solução adequada para o descarte dos resíduos e atendimento às demandas da população residente na área mencionada. Ao final, voltou a criticar o que classificou como falta de atenção do Poder Executivo a determinadas demandas da população, reiterando suas observações sobre a reforma do gabinete municipal e defendendo que as prioridades da administração devem estar voltadas para as necessidades mais urgentes dos cidadãos. Por último, informou que a população também tem manifestado questionamentos a respeito da realização da tradicional Festa do Peão do município, especialmente em razão do cancelamento de eventos semelhantes em cidades da região, incluindo o município de Passos. Ressaltou a importância de que seja prestado esclarecimento oficial sobre a realização ou não do evento e informou que concederia aparte ao Vereador Joel para que este apresentasse informações adicionais sobre o tema. Encerrando sua manifestação, desejou uma ótima semana a todos os presentes. Em aparte o **Vereador Joel** informou que, segundo informações obtidas anteriormente, havia previsão para realização da Festa do Peão no mês de agosto. Contudo, posteriormente teria sido cogitada a transferência do evento para setembro. Ressaltou, entretanto, que não possuía informações oficiais sobre a realização da festividade e observou que diversos municípios vêm cancelando eventos semelhantes em razão de restrições relacionadas ao período eleitoral e a questões administrativas. Informou ainda que recebe frequentemente questionamentos da população a respeito da realização da Festa do Peão e do tradicional Baile da Rainha, destacando que, até aquele momento, não possuía informações concretas para confirmar ou descartar a realização dos eventos. Esclareceu que a decisão compete ao Poder Executivo Municipal e que desconhecia qualquer posicionamento oficial sobre o assunto. Na sequência, o **Presidente Renato** afirmou que também não possuía informações oficiais sobre a realização da Festa do Peão. Contudo, manifestou o entendimento de que, caso houvesse intenção de promover o evento, provavelmente já teria ocorrido alguma comunicação por parte do Poder Executivo. Observou que diversos municípios da região vêm suspendendo eventos semelhantes em razão de limitações financeiras e das particularidades do período eleitoral. Ressaltou que sua manifestação representava apenas uma opinião pessoal, sem qualquer caráter oficial, entendendo que, diante das atuais circunstâncias e da

A Ordem por princípio

necessidade de aplicação de recursos em áreas prioritárias, a realização da Festa do Peão poderia não ser a medida mais adequada. Reiterou que a decisão compete exclusivamente ao Poder Executivo Municipal e que não possuía qualquer informação oficial sobre eventual cancelamento ou realização do evento. Posteriormente, a **Vereadora Brenda** solicitou esclarecimentos adicionais acerca da situação apresentada por Esta Secretária Gleds envolvendo a reivindicação da moradora relacionada à instalação de uma caçamba para descarte de resíduos. Em resposta, **Esta Secretária** informou que a caçamba pleiteada seria instalada em uma entrada localizada às margens da rodovia, em local que, segundo seu entendimento, comportaria adequadamente a estrutura. Explicou que, conforme informações recebidas pela cidadã, a instalação da caçamba teria sido considerada inviável pela administração municipal, sendo apresentada como alternativa a possibilidade de recolhimento periódico dos resíduos produzidos pela moradora. A **Vereadora Brenda** questionou a distância existente entre a residência da cidadã e a caçamba já disponibilizada na região do Porto. **Esta Secretária** respondeu que a distância seria de aproximadamente dois quilômetros e destacou que a moradora não possuía veículo para realizar o transporte dos resíduos até o local. Durante o debate, a **Vereadora Brenda** manifestou preocupação quanto à criação de exceções para atendimento individualizado na coleta de resíduos domiciliares em áreas rurais. Ressaltou que, embora eventual compromisso assumido por agente público devesse ser cumprido, a adoção de medidas específicas para um único caso poderia gerar precedentes para outras situações semelhantes, ampliando significativamente a demanda por caçambas e serviços de coleta em localidades rurais. Destacou ainda os impactos operacionais e financeiros decorrentes da disponibilização e manutenção de novas estruturas de coleta. Em resposta, **Esta Secretária** reconheceu que a situação exigia análise criteriosa e concordou que a promessa de prestação do serviço, caso tenha sido realizada, contribuiu para gerar expectativa na cidadã. Contudo, ponderou que a questão do descarte de resíduos também precisava ser enfrentada, uma vez que a queima ou o enterramento do lixo não representariam soluções adequadas. Por fim, Esta Secretária sugeriu que o tema fosse discutido em reunião das comissões da Câmara Municipal, com a participação dos setores responsáveis, buscando alternativas para solucionar a situação apresentada pela moradora. Destacou que a intenção era encontrar uma solução viável e definitiva para o problema, garantindo resposta adequada à cidadã e registrando formalmente as reclamações, vídeos e áudios apresentados durante a sessão. Em seguida, o **Presidente** encerrou o grande expediente e declarou aberta a **Ordem do Dia**, a qual iniciou com a apreciação em segundo turno da *Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de São João Batista do Glória/MG n.º 01/2026, que "Altera o art. 121 da Lei Orgânica do Município de São João Batista do Glória/MG para vedar a participação de servidor público em processos de análise, aprovação e liberação de projetos de sua autoria ou de seu interesse", de autoria dos membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Vereadores Brenda Garcia de Souza Silva, Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves e Henrique Augusto Corrêa Rezende*. Previamente aos debates, o **Presidente** novamente esclareceu que, nos termos da Lei Orgânica Municipal, a matéria depende da aprovação de dois terços dos membros da Câmara Municipal, razão pela qual a Presidência também participaria

da votação para composição do quórum deliberativo exigido. Encerrada a votação nominal, o Presidente proferiu voto favorável à matéria. **Apurado o resultado, constatou-se que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de São João Batista do Glória/MG n.º 01/2026 recebeu nove votos favoráveis, alcançando o quórum qualificado de aprovação, sendo, portanto, declarada aprovada em sua segunda votação.** Em seguida, deliberaram em único turno o *Requerimento n.º 19/2026, de autoria do Vereador Henrique Augusto Corrêa Rezende, solicitando que a Secretaria Municipal de Fazenda encaminhe relatório detalhado dos recursos vinculados atualmente existentes nos cofres municipais de forma individualizada por área, programa, convênio, fundo ou fonte de recurso. Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 19/2026 foi aprovado por unanimidade.* Por fim, discutiram em único turno o *Requerimento n.º 20/2026, de autoria do Vereador Cresio Costa, solicitando que o Chefe do Poder Executivo encaminhe informações detalhadas acerca da possibilidade de revisão e aumento do valor da ajuda de custo concedida aos estudantes universitários beneficiados pela Lei Municipal n.º 1.633/2022 e suas alterações.* Durante os **debates o Vereador Danilo** manifestou apoio à proposição, destacando que todo incentivo destinado à educação e aos estudantes deve ser valorizado pelo Poder Público. O Vereador ressaltou que a atualização do benefício representaria importante medida de apoio aos alunos e suas famílias, considerando a defasagem acumulada ao longo dos anos. Além disso, sugeriu que a Câmara Municipal, em conjunto com o Poder Executivo e com o apoio do Assessor do Legislativo Paulo Cézar, avaliasse a possibilidade de promover alterações na legislação vigente para estabelecer mecanismo de atualização automática do benefício. Segundo o Vereador, a adoção de critérios objetivos vinculados a índices oficiais de correção monetária, como aqueles relacionados à inflação, poderia garantir reajustes periódicos sem a necessidade de constantes alterações legislativas, reduzindo os impactos da defasagem sobre os estudantes beneficiados. Destacou que a aprovação do requerimento representaria importante avanço imediato, mas defendeu que também fossem estudadas soluções permanentes para assegurar a manutenção do valor real do auxílio ao longo do tempo. Em seguida, o **Vereador Cresio** concordou com a sugestão apresentada e observou que eventual alteração nesse sentido dependeria do encaminhamento de projeto de lei pelo Poder Executivo. Destacou que a legislação poderia prever um percentual ou índice específico de reajuste, permitindo a atualização automática dos valores em exercícios futuros, de acordo com os índices inflacionários definidos na própria norma. Ressaltou que tal medida evitaria a necessidade de alterações legislativas recorrentes para adequação dos valores do benefício. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 20/2026 foi aprovado por unanimidade.** Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edis* para a 71.^a (septuagésima primeira) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 22 (vinte e dois) de junho de 2026, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz.

Tatiana Gonçalves